

Jornal

30 de Agosto



EDIÇÃO ESPECIAL

Jornal da APP-Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Estado do PR



MAIO DE 2016



Plano Temer: ataque aos nossos direitos

Proposta de Temer para o Brasil é sacrificar o(a) trabalhador(a)!

As propostas de um futuro governo Temer (PMDB), se confirmado o golpe contra a democracia, estão expressas em dois documentos desastrosos para classe trabalhadora. O primeiro destes documentos, Uma Ponte para o Futuro, foi lançado em outubro do ano passado. O segundo, Travessia Social, mesmo tendo sido amplamente divulgado pela imprensa no final de abril, deve ser lançado oficialmente pelo PMDB nos próximos dias. Revestidos em pele de cordeiro, não passam de lobos, achatando salários, retirando direitos, flexibilizando as relações trabalhistas, privatizando e propondo o Estado mínimo: “o Estado deve transferir para o setor privado tudo que for possível em matéria de infraestrutura”. Será o aguçamento das políticas neoliberais, uma volta aos anos 90, dos governos FHC.

A seguir apresentamos uma análise destes documentos com recorte específico para área educacional e que atinge diretamente os direitos e conquistas dos trabalhadores(as) da educação.

Privatizações:

O que os documentos propõem:

- retomar a política de privatizações;
- concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura;
- são alvo das privatizações: Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica.

O que significa na prática:

- diminuição das receitas do PIB;
- menos recursos às políticas essenciais como saúde, educação e assistência social.

Reflexos na Educação:

- menos recursos para compor os 10% do PIB no PNE;
- fim da política de valorização do Piso Nacional;
- precarização das escolas.

Vinculação de Receitas:

O que os documentos propõem:

- fim dos percentuais mínimos constitucionais.

O que significa na prática:

- não obrigatoriedade de o governo federal investir pelo menos 18% em educação;
- governos estaduais e municipais poderão investir menos de 25% na educação e
- poderão investir menos de 12% em saúde.

Reflexos na Educação:

- governos ficam livres para decidir o quanto investir em educação;
- propostas do PNE e PEE estarão ameaçadas;
- ameaçada também a política de reajuste do Piso Salarial nacional para o magistério.

Bônus / Meritocracia:

O que os documentos propõem:

- ampliar as certificações e provas anuais;
- vincular a carreira ao mérito pessoal ou ao desempenho da escola.

O que significa na prática:

- avaliação individual e por escolas;
- despreza a complexidade do processo ensino-aprendizagem;
- fraciona a carreira.

Reflexos na Educação:

- fim da carreira e das promoções e progressões;
- bônus por escola para quem atingir os “índices” estabelecidos.

Ensino Médio:

O que os documentos propõem:

- reforma “completa” no ensino médio.

O que significa na prática:

- reestruturação curricular;
- ênfase no ensino profissionalizante em detrimento do ensino propedêutico.

Reflexos na Educação:

- preparação para o mercado de trabalho;
- propostas curriculares que contemplem as vontades do mercado e interesse dos(as) estudantes;
- despreza as reflexões acumuladas nos últimos anos como o Pacto Nacional pelo Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Direitos Previdenciários:

O que os documentos propõem:

- fim do reajuste das aposentadorias iguais ao salário mínimo;
- aumento da idade mínima para se aposentar.

O que significa na prática:

- congelamento do reajuste das aposentadorias;
- aumento da idade mínima para homens e mulheres em 5 ou mais anos;
- não só os que se aposentarão estarão submetidos às novas regras, mas também atingirão os(as) que já estão aposentados(as).

Reflexos na Educação:

- fim da aposentadoria especial que hoje é:
- para as professoras é de 25 anos de contribuição e 50 de idade. Para os professores é de 30 anos de contribuição e 55 de idade;
- para as demais servidoras é de 30 anos de contribuição e 55 de idade. Para os servidores é de 35 anos de contribuição e 60 de idade.

Salário mínimo:

O que os documentos propõem:

- fim da política de valorização do salário mínimo;
- acaba com o ganho real do salário mínimo (inflação + PIB).

O que significa na prática:

- achatamento do salário mínimo nacional;
- achatamento dos salários mínimos regionais;
- perda de poder de sobrevivência da maioria da população.

Reflexos na Educação:

- arrasta as tentativas de reajuste para baixo;
- diminuição do poder aquisitivo das famílias mais pobres;
- aumento nos conflitos sociais com o também aumento das desigualdades sociais.

Regime de partilha do petróleo:

O que os documentos propõem:

- retorno ao regime anterior de concessões na área do petróleo;
- menor participação do Estado na divisão dos lucros.

O que significa na prática:

- fim do regime de partilha dos lucros da exploração de petróleo no Brasil;
- diminuição dos recursos dos royalties e do Fundo Social do Petróleo para a educação.

Reflexos na Educação:

- menos recursos para a educação;
- comprometimento das metas do PNE e do PEE.

CLT:

O que os documentos propõem:

- permite que o convencionado prevaleça sobre o legislado;
- flexibilização da legislação trabalhista.

O que significa na prática:

- ataque aos direitos trabalhistas conquistados pela CLT;
- flexibilização de leis trabalhistas com a diminuição de jornada e salário, parcelamento do salário de férias e 13º.

Reflexos na Educação:

- alguns contratos na educação são regidos pela CLT, como os PSS, o que representaria ainda mais precarização.

Terceirizações:

O que os documentos propõem:

- oficializa a terceirização de todos os postos de trabalho;
- poderá, inclusive, afetar o serviço público.

O que significa na prática:

- os(as) trabalhadores(as) estarão em uma posição desprivilegiada;
- em alguns Estados já é possível a terceirização do serviço público, delegando para as Fundações e Organizações Sociais o gerenciamento dos serviços com terceirização de mão de obra;
- no Paraná, na área da saúde pública, a FUNEAS, fundação de direito privado, gerencia unidades de atendimento.

Reflexos na Educação:

- fim dos concursos públicos;
- fim da estabilidade de emprego
- em Goiás as escolas estão sendo geridas pelas OS, que podem, inclusive, terceirizar professores(as) e funcionários(as) por critérios próprios;
- a experiência da Paranaeducação, com a terceirização de professores(as) e funcionários(as) na década de 90, é algo que ocorreria de novo.

Calote do governo: há dinheiro, mas não há vontade política

Sindicato já apresentou diversas alternativas para que dívida com a categoria seja saldada. Todas foram descartadas

Não está nada fácil dialogar com o governo do Estado. Nos últimos meses, a direção da APP-Sindicato tem feito todos os esforços na busca por uma saída para que, finalmente, o governo salde, urgentemente, a dívida que tem com a nossa categoria: a implantação e o pagamento de progressões e promoções do ano passado que, até o momento, somam mais de R\$ 173 milhões. Além de não pagar o que deve, o governo retomou - com pleno consentimento do governador Beto Richa - a perseguição ao sindicato e à nossa categoria. Sim, isso mesmo: não paga e ainda persegue.

Como? Os dois últimos ataques foram o anúncio de que irá lançar falta para aqueles que paralisaram as atividades no dia 29 de abril, para denunciar e rememorar o um ano do Massacre ocorrido no Centro Cívico, quando houve o sequestro no nosso fundo previdenciário, e, agora, o reenvio de um projeto que pretende dificultar a sindicalização dos(as) educadores(as) e, desta forma, tentar quebrar o sindicato. "O que temos visto é que o governo tem adotado novas tentativas de confrontação com a nossa categoria e com os demais servidores, em vez de cumprir o papel e a tarefa de eliminar dificuldades e atender aquilo que nos deve", apontou o presidente da APP, professor Hermes Silva Leão.

Desafors

Mentira do governo:

APP denunciou, no ano passado, o ajuste fiscal do governo. Agora, quer se beneficiar do ajuste.

Verdade:

Denunciamos, e continuamos denunciando, o ajuste fiscal feito pelo governo e que penalizou, basicamente, a população, os(as) servidores(as) estaduais e, principalmente, a nossa categoria. O ajuste serviu para corrigir os quatro anos de má-gestão do primeiro mandato de Beto Richa. Para isso, o governo sequestrou R\$ 1,8 bilhão da previdência do funcionalismo público. Além disso, aumentou impostos e deixou de aplicar, só em 2015, mais de R\$ 600 milhões na Educação Básica.

Mentira do governo:

Não tem dinheiro.

Verdade:

Há, sim, dinheiro. Só não há vontade para assumir as obrigações devidas às categorias. Lutamos por mais de 30 anos para conquistar direitos nas nossas carreiras, como o pagamento de promoções e progressões. Dinheiro para

pagar mais de R\$ 2,2 bilhões aos fornecedores do mercado privado, o governo Richa arranjou. Só não se dá ao trabalho de honrar o compromisso tem como os(as) milhares de trabalhadores(as) que atuam no serviço público estadual.

Mentira do governo:

Sindicato só reclama e não apresenta nenhuma saída para que o governo, de fato, encontre uma solução para o impasse com a nossa categoria.

Verdade:

Estudos e mais estudos foram feitos e apresentados, repetidamente, ao governo do Estado. A APP nunca se recusou a participar e ajudar na construção de um consenso e na busca de alternativas, legais e possíveis, para que o gover-

no encontre dinheiro para pagar o que nos deve. Em negociações com a Secretaria de Estado da Educação (Seed), com a Secretaria de Estado de Administração e Previdência (Seap), com a sempre relutante equipe da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e, por fim, com a Casa Civil, a entidade tem continuamente se desdobrado para encontrar meios para que o governo pague o que nos deve.

De onde tirar dinheiro:

Inclusive, como uma prova de boa vontade, temos discutido uma pauta prioritária de negociação (aprovada na última assembleia da categoria, em Ponta Grossa), que se resume aos itens mais urgentes. A assessoria técnica da APP encaminhou ao governo uma lista de receitas extras potenciais, deste ano, que poderiam ser utilizadas como fonte para o pagamento de

dívidas com os(as) professores(as) e funcionários(as) de escola, além das outras categorias. Pelo quadro abaixo, é possível ver, claramente, que existem recursos suficientes para que o governo estadual atenda as demandas da nossa categoria. Como já dissemos: não faz porque não quer.

Não vamos recuar

Precisamos entender que da mesma forma que resistimos, no ano passado, quando conseguimos barrar os projetos que o governo encaminhou à Assembleia Legislativa do Paraná (AleP) destruindo nossas carreiras, agora, precisamos nos manter atentos e unidos. "O governo tem uma dívida conosco e precisa pagar. Senão, é o princípio da destruição das nossas carreiras. De certa maneira o governo está, neste momento, retirando direitos ao não pagar as promoções e progressões de 2015. O que indica, também, que pode não pagar a deste ano. A categoria tem que intensificar a luta e a mobilização, assim como demonstramos a nossa força no dia 29 de abril", avaliou a secretária de Finanças da APP, professora Marlei Fernandes de Carvalho.

Fonte	Quanto renderia
Leilão da folha de pagamento dos(as) servidores(as) ativos(as)	R\$ 500 milhões
Acesso aos recursos dos depósitos judiciais	R\$ 600 milhões
Adesão ao programa de ajuste fiscal do governo federal	R\$ 128 milhões
ICMS vincendo	R\$ 225 milhões
Dividendos adicionais da Copel	R\$ 131 milhões
Crédito suplementar com corte de recursos de outras despesas	R\$ 375 milhões
TOTAL	R\$ 1,959 bilhão

EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE. Av. Iguacu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 Site: www.appsindicato.org.br. **Presidente:** Hermes Silva Leão | **Secretário de Comunicação:** Luiz Fernando Rodrigues | **Assessor de Comunicação:** Tiago Tavares Somma | **Jornalistas:** Aline Lima, Francielly Camilo (9561-PR), Uanilla Pivetta (8071-PR) e Valnisia Mangueira (893-SE) | **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) | **Monitor de redes e mídias sociais:** Luan Pablo Romero de Souza | **Impressão:** WL Impressões | **Tiragem:** 60 mil exemplares.

Gestão Somos mais APP - Em defesa da Escola Pública (2014-2017)

• Hermes Silva Leão - Presidente • Vanda do Pilar Santos Bandeira Santana - Secretaria Geral • Arnaldo Vicente - Secretaria de Política Sindical • Walkíria Olegário Mazeto - Secretaria Educacional • Nádia Brixner - Secretaria de Funcionários • Marlei Fernandes de Carvalho - Secretaria de Finanças • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Sec. Adm. e Patrimônio • Celso José dos Santos - Secretaria de Assuntos Municipais • Luiz Fernando Rodrigues - Secretaria de Comunicação • Mario Sérgio Ferreira de Souza - Secretaria de Assuntos Jurídicos • Valci Maria Mattos - Secretaria de Aposentados • Alfeo Luiz Capellari - Secretaria de Políticas Sociais • Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos - Secretaria de Organização • Janeslei Albuquerque - Sec. de Formação Política Sindical • Rose Mari Gomes - Secretaria de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT • Ralph Charles Wandpap - Secretaria de Saúde e Previdência.